



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a segunda edição do Informativo do CEDUC - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, do Ministério Público do Estado da Bahia.

Nesta segunda edição serão divulgadas notícias sobre os trabalhos, campanhas e projetos coordenados pelo CEDUC, em especial o Programa “MP e os Objetivos do Milênio” e informes referentes a Legislações e notícias relacionadas à educação.

Desejamos uma boa leitura!

Com os nossos cumprimentos,

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes

Promotora de Justiça

Coordenadora do CEDUC

Equipe Técnica:

Elizabeth Alves Silva – assessoria

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes - revisora

ÍNDICE

NOTÍCIAS

1. PROGRAMA “MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: SAÚDE E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

- MP PEDE QUE AMARGOSA MATRICULE TODAS AS CRIANÇAS DE ATÉ TRÊS ANOS EM CRECHES **04**
- PROGRAMA “O MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO” É LANÇADO EM SANTO AMARO E SAUBARA **05**
- MP INSPECIONA ESCOLAS E POSTOS DE SAÚDE EM MADRE DE DEUS **05**
- “CARAVANAS DO MILÊNIO” TÊM INÍCIO COM AÇÃO EM ESPLANADA **06**
- MP LANÇA “CARAVANAS DO MILÊNIO” EM SALVADOR **07**
- “CARAVANAS DO MILÊNIO” VISITAM NORDESTE DE AMARALINA E BAIRRO DA PAZ **08**
- PRÊMIO “MELHOR ESCOLA PÚBLICA DO ANO” É LANÇADO DURANTE O III ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MP E MEC **09**
- CLAUDIA LEITTE GRAVA ENTREVISTAS E PROPAGANDA DO PRÊMIO MELHOR ESCOLA PÚBLICA DO ANO **11**

2. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

ÍNDICE

- PRESIDENTA DA REPÚBLICA SANCIONA SEM VETOS LEI COM METAS PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS 12
- PACTO COM MUNICÍPIOS PELA ALFABETIZAÇÃO AMPLIA ATENDIMENTO NA BAHIA 13
- ESTADO DIVERSIFICA E INTERIORIZA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 14
- RESULTADOS DO PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA - ENSINO MÉDIO SÃO APRESENTADOS EM PALESTRA 15

3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

- JOGOS AJUDAM ESTUDANTES A TER MAIS ATENÇÃO E CONCENTRAÇÃO 16

4. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

- FNDE TRANSFERE R\$ 685,8 MILHÕES DA COMPLEMENTAÇÃO AO FUNDEB 17

PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- [LEI 13005/2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO](#)
- [CONHEÇA AS 20 METAS DO PNE](#)
- [SITUAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO](#)

GNDH/COPEDEC (COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO)

- [ENUNCIADOS](#)

DECRETO 18

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS 21

NOTÍCIAS – MP e os Objetivos do Milênio

MP pede que Amargosa matricule todas as crianças de até três anos em creches

03/07/2014

O município de Amargosa terá um prazo de 30 dias para matricular todas as crianças entre zero e três anos de idade que ainda aguardam em lista de espera por uma vaga nas creches da rede pública de ensino, caso a Justiça acate o pedido feito em caráter liminar pelo Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Marcelo Moreira Miranda. Hoje, de acordo com informações da própria Secretaria Municipal de Educação, cerca de 130 crianças estão privadas do atendimento em creche por falta de vaga. Na Ação Civil Pública (ACP), ajuizada no dia 1º de julho, Marcelo Miranda pede ainda que, no ano letivo de 2015, a Justiça determine ao Município o atendimento em creches da rede pública de todas as crianças de até três anos de idade. Caso a Justiça acate os pedidos, o descumprimento acarretará em uma multa diária de R\$ 1.000,00.

Ajuizada com base num inquérito civil instaurado para investigar a existência de oferta irregular de vagas no ensino infantil na rede municipal, a ACP dá conta de que as vagas, em especial nas creches da rede municipal de Amargosa, são insuficientes para atender à demanda de crianças de até três anos de idade. Na peça, o MP registra que a Prefeitura tentou contornar a situação estabelecendo critérios de prioridade na matrícula. “O resultado apenas remeteu cerca de 130 crianças para uma lista de espera por vagas que não existem”, afirmou Marcelo Miranda, acrescentando que o MP tentou firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura, mas o poder público “limitou-se a prometer construir a creche em até 180 dias, sem, contudo, aceitar se comprometer a entregá-la”. Por fim, o promotor ressaltou que a omissão da Prefeitura em oferecer as vagas não pode ser suprida sequer pela rede privada, que também não tem as vagas. “A escassez foi comprovada por informações prestadas por todas as unidades educacionais existentes na comarca”, destacou Marcelo Miranda.

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Programa “o MP e os Objetivos do Milênio” é lançado em Santo Amaro e Saubara

25/07/ 2014

O programa “O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos” foi lançado no dia 24 e 25 de julho, respectivamente nos municípios de Santo Amaro e Saubara. As visitas às unidades escolares e de saúde terão início a partir dos próximos dias 14 de agosto, em Santo Amaro, e 28 de agosto em Saubara, conforme o acertado durante as audiências de lançamento.



Em Saubara, marcaram presença 166 cidadãos, os promotores de Justiça Anna Karina Senna e João Paulo Schoucair, e os secretários municipais de Educação e Saúde. Em Santo Amaro, estiveram presentes 133 pessoas, além dos promotores Sávio Henrique Damasceno e Andrea Scaff; as juízas da comarca Ana Gabriela Trindade e Elke e Schuster; a defensora pública Danielle Fonseca; e os secretários municipais de Educação e Saúde. O promotor de Justiça João Paulo Schoucair fez a apresentação da dinâmica do programa nas duas audiências.

Entre os objetivos específicos do programa, estão os de fiscalizar os estabelecimentos de saúde e de ensino municipais e estaduais, observando as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço; e os de conscientizar a sociedade e os agentes públicos sobre a necessidade da aplicação correta de verbas públicas na educação e saúde. Com a iniciativa, o MP quer efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade nas duas áreas.

Fonte: Cecom /MPBA

MP inspeciona escolas e postos de saúde em Madre de Deus

29/07/2014

Duas escolas públicas municipais e três Postos de Saúde da Família (PSF) foram inspecionados no município de Madre de Deus pelo Ministério Público estadual, no dia 29 de julho. A ação faz parte da execução do programa “O MP e Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos”. Participaram da inspeção os promotores de Justiça, Maria Helena Xavier, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação (Geduc); Carlos Martheo Guanaes e Márcia Rabelo; os servidores José Carlos de Oliveira e Candice Lisboa; representantes do Conselho

de Educação do Estado da Bahia, de Educação e de merenda escolar do município, e de outras entidades; além de voluntários da comunidade.

Fote: Cecom / MPBA

“Caravanas do Milênio” têm início com ação em Esplanada

30/07/2014



O Ministério Público estadual realizou no município de Esplanada a primeira das Caravanas do programa “O MP e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos”. Por solicitação do Promotor de Justiça Dário Kist titular de Entre Rios e substituto de Esplanada, e contando com o apoio dos colegas Artur Ferrari, Sávio Damasceno e do CEDUC para a execução do Programa do Milênio, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Promotor de Justiça Saulo Mattos, promovido para Irecê.

A ação aconteceu no dia 25 de julho, com a visita a 19 escolas públicas e ao centro municipal de distribuição da merenda escolar. Segundo a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), Promotora de Justiça Maria Pilar Menezes, o objetivo é que, a partir de agora, a caravana seja replicada em outros municípios onde o programa foi implantado e que estão sem promotor de Justiça titular. O gerente do ‘O MP e Os Objetivos do Milênio’, Promotor de Justiça Sávio Damasceno, afirmou que a iniciativa em Esplanada “foi realizada com sucesso e atingiu o objetivo de impulsionar o programa, contando com o amplo apoio da comunidade e de outros promotores de Justiça da região”.



Além dos Promotores de Justiça, participaram da caravana os servidores José Carlos de Oliveira e Fabiana Carvalho Sales. A sociedade civil organizada se fez presente por meio de conselheiros tutelares e de alimentação escolar, e de representantes da Secretaria Municipal de Educação. No total, foram 25 voluntários entre servidores do MP e membros da comunidade, informou Damasceno.

Fonte: Cecom/MPBA e Ceduc

MP lança “Caravanas do Milênio” em Salvador

01/08/2014



Foram lançadas no dia 1º de agosto na sede do Ministério Público estadual, no CAB, as Caravanas do programa “O MP e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos” em Salvador. A mesa de abertura do evento de lançamento na capital baiana foi formada pelos promotores de Justiça Maria Pilar Maquieira, Rogério Queiroz e Mônica Barroso, coordenadores, respectivamente, dos Centros de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), de Defesa da Saúde (Cesau) e às Promotorias de Justiça da Cidadania (Caoci). A palestra de lançamento foi ministrada pelo gerente do programa, Promotor de Justiça Sávio Damasceno. “Os desafios em Salvador são grandes, dada a extensão e a magnitude da cidade, por isso as caravanas seguirão um método de trabalho específico na capital, começando pelas áreas onde já estão estruturadas as Bases Comunitárias de Segurança Pública”, destacou Sávio.

Para um público formado por promotores de Justiça e gestores das áreas de Saúde e Educação, o promotor Sávio Damasceno informou que devem ser visitadas 160 unidades escolares e de saúde da capital, nos bairros que contam com a presença de Bases Comunitárias, num total de cinco comunidades: Rio Sena, Bairro da Paz, Santa Cruz, Calabar e Nordeste de Amaralina. A primeira caravana na capital foi marcada para o dia 8 de agosto. Entre os objetivos específicos do “MP e Os Objetivos do Milênio” estão os de fiscalizar os estabelecimentos de saúde e de ensino municipais e estaduais, observando as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço; e os de conscientizar a sociedade e os agentes públicos sobre a necessidade da aplicação correta de verbas públicas na educação e saúde. Com a iniciativa, o MP quer efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços públicos.

Fonte: Cecom e CEDUC

“Caravanas do Milênio” visitam Nordeste de Amaralina e Bairro da Paz



08/08/2014

Uma equipe formada por oito promotores de Justiça e 21 servidores do Ministério Público estadual deu início no dia (8) aos trabalhos das Caravanas do programa 'O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos' em Salvador. Seguindo um método de trabalho específico para a capital, as caravanas atenderão, primeiramente, as áreas onde já estão estruturadas Bases Comunitárias de Segurança Pública. Formatada como uma força-tarefa, sob a coordenação do gerente do programa, promotor de Justiça Sávio Damasceno, a equipe foi dividida em sete equipes e visitou 14 unidades, entre postos de saúde, escolas municipais e colégios estaduais nos bairros do Nordeste de Amaralina e Bairro da Paz. “Este é apenas o início do nosso trabalho na capital. Pretendemos contemplar, não somente as áreas cobertas pelas bases, mas toda Salvador, cumprindo nosso papel de assegurar educação e saúde de qualidade para a população”, ressaltou Sávio.



As visitas seguiram a sistemática do projeto “O MP e os Objetivos do Milênio”, que consiste numa fiscalização prévia dos estabelecimentos, observando condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço. Os dados coletados por promotores e servidores são lançados num sistema e dão origem a um ofício que aponta todas as irregularidades detectadas. Posteriormente, o documento é

encaminhado para o responsável pela unidade de saúde ou educação, que tem 30 dias para se manifestar, comunicando ao MP que providências já adotou ou pretende adotar para sanar os problemas. “Existem problemas que podem ser resolvidos pela própria unidade, mas existem situações que dependem de uma intervenção do poder público”. “Tanto em um como no outro caso, cabe manifestação do MP que pode induzir ou mesmo cobrar, na Justiça ou extrajudicialmente, o cumprimento de eventuais violações”, salientou o gerente do programa. Além de Sávio Damasceno, participaram das Caravanas os promotores de Justiça Maria Pilar Maquieira, José Vicente Santos Lima, Maria Helena Xavier, Cíntia Guanaes, João Paulo Schoucair, Luciano Ghignone e Marcelo Miranda.

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Prêmio “Melhor Escola Pública do Ano” é lançado durante o III Encontro Estadual de Educação do MP e MEC

15/08/2014

O lançamento da segunda edição do prêmio 'Melhor Escola Pública do Ano' foi um dos destaques do 'III Encontro Estadual de Educação', realizado no dia 15 de agosto na sede do Ministério Público da Bahia, no CAB. O prêmio, que é uma das iniciativas do programa “O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos” e vai contemplar as melhores escolas de oito regiões



do Estado, foi lançado às 8h30, na abertura do encontro, que contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça Márcio José Cordeiro Fabel. O PGJ ressaltou a importância que o tema educação tem hoje para o MP. “Quando vemos os promotores de Justiça integrados a essa discussão, constatamos um grande avanço”. Há cerca de 20 anos, quando ingressei na instituição, ainda era estranho ver o MP tratando de educação, apesar do que determina a Constituição de 1988. “Atualmente, nas visitas que fazemos ao interior, a própria comunidade nos demanda atuações nessa área, o que demonstra que a população já entende melhor o papel do MP na melhoria da educação”, frisou Fabel, ressaltando que a mudança é cultural e ainda está em curso.



Podem concorrer todas as escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino, urbanas ou rurais, que têm até o dia 23 de setembro para se inscrever por meio dos endereços eletrônicos www.mpba.mp.br ou www.fjs.org.br. “Serão premiadas as escolas que apresentarem melhor qualidade de ensino, estrutura física e conservação. Os vencedores receberão o prêmio em dezembro, durante a Semana do Ministério Público 2014”, destacou Maria Pilar, coordenadora do CEDUC, frisando que o prêmio só é possível devido às parcerias. “Para nós, o “Melhor Escola” é uma referência, é uma contrapartida para a sociedade”, afirmou Luiz Gavazza, presidente da Bahiagás, que patrocina o prêmio desde a sua primeira edição. Já Carlos Dumet, assessor institucional da Fundação José Silveira, que também apoia a iniciativa, reconhece na “união do terceiro setor com o MP um dos melhores caminhos para o fomento da qualidade no ensino”.

Após o lançamento do prêmio, o encontro contou com uma série de palestras. O promotor de Justiça Marcelo Miranda falou sobre 'A Importância da Participação Popular na Execução do Programa: o MP e os Objetivos do Milênio'. “Com o programa, o promotor saiu do seu gabinete para, ao lado da comunidade, ir às escolas, sentir de perto a situação de cada unidade de ensino e as angústias de cada professor”, destacou Marcelo, frisando ainda que não basta judicializar questões, “é preciso envolver a comunidade, a escola e o MP, produzindo um trabalho conjunto sob a égide de uma nova cultura”. Gerente do programa “O MP e os Objetivos do Milênio”, o promotor de Justiça Sávio Damasceno abordou o tema “Ministério Público e a Resolutividade do Programa do Milênio na Área da Educação”. O assunto tratado pela promotora de Justiça Márcia Teixeira, coordenadora do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (Gedem), foi “A Educação e a Violência de Gênero praticada contra a criança e o adolescente. A importância da notificação compulsória nas escolas”.

Foram abordados ainda os temas “Universidade e Desenvolvimento” pelo professor Edivaldo Boaventura, “Direito à Aprendizagem e ao Cuidado com Ternura” pela professora Alda Pepe, “Promoção à Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos” pelo

enfermeiro Manoel Henrique, “Contribuições e Dificuldades da Cultura Negra na Construção de Educação no nosso País” pelo professor Jaime Sodré, “Garantia de Acesso e Permanência na Escola do Aluno com Deficiência” pela psicóloga Viviane Faria e “A Necessidade dos Planos Municipais de Educação para Garantia do Direito à Educação” pela professora Edna Lopes.

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233 e CEDUC

Claudia Leitte grava entrevistas e propaganda do Prêmio Melhor Escola Pública do Ano

28/08/2014



A cantora Claudia Leitte dedicou grande parte do tempo de sua disputada agenda na quinta-feira, dia 28, para emprestar mais uma vez sua imagem e carisma para uma campanha do Ministério Público do Estado da Bahia: o ‘Prêmio Melhor Escola Pública do Ano’. Durante cinco horas, ela concedeu entrevistas para o programa de televisão Bahia Meio Dia, para as rádios Bahia FM e CBN, para o portal lbahia e para o jornal Correio da Bahia. Ela também gravou um vídeo de divulgação da campanha, que será veiculado

pela Rede Bahia. “Sua escola não pode faltar ao ‘2º Prêmio Melhor Escola Pública do Ano’. As inscrições já estão abertas”, convida a cantora. Ao lado de Claudia Leitte, o promotor de Justiça Sávio Damasceno, gerente do programa ‘O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos’, também concedeu entrevistas para veículos de comunicação da Rede Bahia.

Segundo Claudia Leitte, participar mais uma vez de uma campanha do Ministério Público é uma honra, em especial para falar de temas tão imprescindíveis como educação e saúde. “A educação é libertação, algo capaz de mudar o destino das pessoas”, afirmou Claudia Leitte, informando que a sua mãe foi professora de escola pública. Ao lado do procurador-geral de Justiça Márcio Fahel, que acompanhou parte das gravações, a cantora afirmou que está disposta a contribuir ainda mais para a campanha, especialmente em projetos voltados à melhoria da educação. O chefe do Ministério Público agradeceu a grande contribuição que ela vem



oferecendo à instituição e afirmou que o MP apresentará novos projetos para a cantora, no sentido de aproveitar sua imagem positiva para mobilizar a sociedade. “O prêmio gerou uma disputa muito saudável entre as escolas”, afirmou o PGJ, frisando que “precisamos convidar a população a se empoderar e a participar cada vez mais, ao lado dos promotores de Justiça, da promoção destas mudanças”.



Redatora: Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

Fotos: Sérgio Figueiredo / HF Fotografia

OUTRAS NOTÍCIAS

Presidenta da República sanciona sem vetos lei com metas para os próximos dez anos

26/06/2014

A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, sem vetos, o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e estratégias para o setor educacional para os próximos dez anos.

O Ministro da Educação, Henrique Paim, destacou que a grande inovação do plano é a fixação de metas de qualidade e que o plano contém elementos importantes para o alcance dessas determinações, com a valorização dos professores por meio de remuneração, plano de carreira e formação dos profissionais. Ele também ressaltou o formato inovador do PNE, com 20 metas e estratégias. O plano anterior tinha 295 metas. “O formato mais enxuto permite o acompanhamento efetivo, assim como o monitoramento por parte da sociedade e do governo”, afirmou.

Uma das metas é a ampliação dos investimentos em educação para 7% do produto interno bruto (PIB) nos próximos cinco anos, de forma a chegar a 10% até 2024. Em 2012, o percentual de investimentos atingiu 6,4%.

“A destinação de parcela dos royalties do petróleo para a educação, assim como de recursos do fundo social do pré-sal, são elementos importantes para transformar as metas em realidade”, disse Paim.

O orçamento do Ministério da Educação teve um acréscimo significativo nos últimos anos, ao partir de R\$ 19 bilhões em 2003 para R\$ 112 bilhões, conforme previsão para este ano.

O plano prevê também a ampliação do acesso à educação, a erradicação do analfabetismo e o aumento da educação em tempo integral para atingir 25% das matrículas nas escolas públicas.

Adesão — O MEC atua para apoiar estados e municípios na formatação dos planos de educação, em consonância com o PNE. O trabalho conta com a adesão de 100% dos estados e de 64% dos municípios.

Paim afirmou que a sanção presidencial ao texto, na íntegra, conforme o projeto aprovado no Congresso Nacional demonstra o reconhecimento do governo de que o PNE foi construído a partir de um amplo debate na sociedade e nos movimentos educacionais, com contribuições por parte dos congressistas.

A [Lei nº 13.005/2014](#), que aprova o PNE para os próximos dez anos, foi publicada no *Diário Oficial* da União, em edição extra, no dia 26 de junho.

Fonte: *Assessoria de Comunicação Social - MEC*

Pacto com Municípios pela Alfabetização amplia atendimento na Bahia

26/06/2014

Lançado em 2011, o Pacto com Municípios pela Alfabetização reflete o compromisso da Bahia com a alfabetização e o letramento das crianças da rede pública em língua portuguesa e matemática até, no máximo, os oito anos de idade, para que tenham mais sucesso na trajetória escolar. Em 2014, com a integração da proposta estadual ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), do Governo Federal, o programa passa a atender estudantes do primeiro e segundo anos do ensino fundamental.



Atualmente, o Pacto Estadual conta com a adesão de 403, dos 417 municípios baianos, permitindo o atendimento de 367.189 estudantes, em 21 mil salas de aula e 11.101 unidades escolares. Cada município participante conta com orientadores de estudo e de professores alfabetizadores, formados de acordo com a proposta pedagógica do programa.

“Esses números refletem o fortalecimento da política de alfabetização no Estado e o resultado da integração do programa baiano ao programa nacional de alfabetização, além da formação dos professores que fortalece a qualidade da alfabetização”, declarou a coordenadora do Pacto com Municípios, Nadja Amado.

Com o estabelecimento das parcerias entre a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e as prefeituras, o projeto contribui para a articulação entre as redes e sistemas de ensino, unindo esforços, recursos e conhecimento pedagógicos para garantir a alfabetização.

Material Didático – Os municípios que participam do Pacto recebem da Secretaria da Educação do Estado materiais didáticos voltados para os professores e estudantes, elaborados por especialistas das áreas de língua portuguesa e matemática, vinculados às universidades públicas.

Até o final de 2014, o material didático vai contar ainda com um conjunto 19 livros de literatura infantil produzidos por autores baianos e publicados a partir de um edital promovido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado. As obras apresentam ênfase na tradição cultural baiana e tem como objetivo contribuir para o processo de alfabetização, além de incentivar o prazer da leitura entre os jovens.

Fonte: Ascom – Secretaria de Educação

Estado diversifica e interioriza a Educação Profissional

26/06/2014

A Educação Profissional está ajudando a transformar a vida de jovens e trabalhadores na Bahia. Ao se tornarem técnicos de nível médio, muitos conquistaram o primeiro emprego; outros, a reinserção no mundo do trabalho. Graças à reformulação da Rede Estadual de Educação Profissional, em 2008, o número de matrículas em cursos técnicos de nível médio saltou de 4.016, no início de 2007, para mais de 69 mil, no segundo semestre de 2013, e o de municípios atendidos subiu de 22 para 123.

O número de cursos técnicos também foi ampliado de 15 para 80 nesse período, além dos oito cursos de Formação Inicial e Continuada - Qualificação Profissional. Com a oferta alinhada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos Territórios de Identidade, os novos técnicos ampliam as chances de trabalhar e permanecer em seus locais de origem.

Para tanto, o Estado criou 32 Centros Territoriais e 34 Centros Estaduais de Educação Profissional, 20 anexos dos Centros, além de ofertar cursos de Educação Profissional em 103 unidades de ensino médio, nos 27 Territórios de Identidade.

Pronatec – Articulada com o Governo Federal, a Secretaria da Educação passou a ser entidade demandante e ofertante do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), executado pelos parceiros ofertantes IFBaiano, Ifba, Senai, Senat, Senac e Senar, além da própria Secretaria da Educação. Em 2013, foram ofertados 36 cursos Técnicos e 153 cursos de Formação Inicial e Continuada

(qualificação profissional), em 134 municípios, nos 27 Territórios de Identidade.

Os cursos são ofertados para estudantes do ensino médio da rede estadual em turno diferente ao regular, representando uma experiência rica de Educação Integral no ensino médio da Bahia, atendendo ao Compromisso 3 de Todos pela Escola e ainda introduzindo a dimensão Trabalho na formação dos estudantes.



Os benefícios da Educação Profissional também chegam à comunidade por meio de intervenções sociais. Aliando teoria e prática, os estudantes aprendem o valor social da profissão e exercitam a cidadania.

Os Centros Estaduais, Territoriais e unidades escolares compartilhadas desenvolvem ações que beneficiam a comunidade a partir dos conhecimentos construídos no curso. Na área de Saúde, por exemplo, realizam gratuitamente serviços como aferição da pressão arterial e teste de glicemia. Na área de Agropecuária, atuam com assistência técnica a agricultores familiares e assentados.

Fonte: Ascom – Secretaria de Educação

Resultados do programa Ciência na Escola-Ensino Médio são apresentados em palestra

09/07/2014

Foi realizada no dia (9/7), no Salão Lazareto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), na Federação, a palestra Ciência na Escola – Ensino Médio: construindo uma proposta de formação para a pesquisa na educação básica. O evento, promovido pela Fapesb e pela Academia de Ciências da Bahia, tem como objetivo discutir a concepção e os resultados do programa Ciência na Escola, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia no ano de 2013.



“Esse evento representa um reconhecimento das atividades que desenvolvemos ao longo do ano. É como uma validação da Academia de Ciências da Bahia”, declarou o Coordenador Administrativo do Programa Ciência na Escola – Ensino Médio, Carlos França. A palestra ministrada pelos professores da Universidade Federal da Bahia, Charbel N. El-Hani, Rosileia Oliveira de Almeida e Amanda Amantes, formadores do programa, é aberta para a participação de professores, estudantes de licenciaturas e pessoas interessadas em formação científica.

Programa – Desenvolvido em cerca de 300 escolas de ensino médio de toda a Bahia, o programa trabalhou em duas perspectivas: a pesquisa estudantil de natureza interdisciplinar sobre questões socioambientais e sociocientíficas no entorno da escola e a pesquisa docente sobre o engajamento comportamental e cognitivo dos estudantes.

No decorrer do ano letivo de 2013, os professores da rede estadual de educação passaram por uma formação científica realizada no intuito de fomentar a pesquisa entre os estudantes da educação básica. A iniciativa culminou no desenvolvimento de 207 projetos.

Fonte: Ascom – Secretaria de Educação

Jogos ajudam estudantes a ter mais atenção e concentração

31/07/ 2014



Os jogos, com suas regras, podem ser recurso pedagógico eficaz para a aprendizagem de estudantes que apresentam transtorno de déficit de atenção–hiperatividade (TDAH). Além de contribuir para desenvolver habilidades acadêmicas como leitura, escrita e aritmética, eles colaboram para a melhoria da atenção, da concentração e do autocontrole.

A conclusão faz parte dos resultados da dissertação de mestrado em educação da psicopedagoga Rebeca Andrade, na Universidade de Brasília (UnB). Ela investigou a influência dos jogos no desempenho escolar e no desenvolvimento de habilidades sociais de crianças com TDAH. As atividades foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2011, com estudantes de turmas do segundo ao quarto ano do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal.

Com graduação em pedagogia e habilitação em magistério para séries iniciais e para educação especial, Rebeca já atuou como professora em turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, de educação infantil e de educação de jovens e adultos (EJA). Atualmente, trabalha como pedagoga institucional da Escola-Classe 10 de Sobradinho, uma das regiões administrativas do Distrito Federal. Uma de suas funções é atender demandas de dificuldades de aprendizagem, em atuação interventiva e preventiva com os alunos.

De acordo com a professora, o primeiro passo de uma intervenção é fazer a avaliação das crianças quanto ao desenvolvimento cognitivo. São feitas aferições pedagógicas e

psicológicas para investigar indícios de deficiência intelectual ou problemas de ordem psicológica, neurológica ou até mesmo psiquiátrica que estejam inibindo o processo de aprendizagem escolar. “Nesse caso, fazemos encaminhamentos externos, de modo que a família possa procurar o atendimento médico necessário para a complementação diagnóstica”, esclarece.

Histórico — No processo de avaliação são consideradas, segundo Rebeca, informações das famílias sobre o histórico de desenvolvimento da criança e relatos dos professores quanto às dificuldades por ela apresentadas e intervenções já desenvolvidas para sanar as dificuldades percebidas. Após esse processo de investigação inicial, os alunos são encaminhados a atendimento em grupo, individual ou indireto (por meio de atividades sugeridas ao professor para desenvolvimento em sala de aula). “O atendimento sempre privilegia o uso de jogos”, ressalta.

Rebeca também assessora o trabalho pedagógico dos professores e da direção e oferece subsídios para a realização das atividades. “Se um professor relata que os alunos não estão conseguindo aprender operações de soma com reagrupamento, minha função é planejar, com esse professor, atividades diferenciadas para alcançar essa aprendizagem.”

Outra função que a professora exerce é a de promover formação continuada durante o ano letivo, com assuntos variados, como inclusão escolar, adaptação curricular e TDAH. “No momento, estamos desenvolvendo formação em educação matemática para atender à demanda das dificuldades identificadas no início do ano, principalmente entre alunos do quarto e do quinto anos”, salienta.

Fátima Schenini

Fonte: MEC- Ministério da Educação

FNDE transfere R\$ 685,8 milhões da complementação ao Fundeb



A sexta parcela de 2014 da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (Fundeb) está disponível desde esta segunda-feira, 4 de agosto, nas contas correntes dos municípios e dos estados beneficiários. No total, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassou R\$ 685.827.270,43 aos entes federativos na última quinta-feira, 31 de outubro.

Este ano, a complementação da União contempla 10 (dez) estados e seus respectivos municípios, os quais não alcançaram com a própria arrecadação o valor mínimo nacional por aluno estabelecido para 2014, que é de R\$ 2.285,57. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Principal fonte de financiamento da educação básica pública, o Fundeb é formado por percentuais de diversos impostos e transferências constitucionais, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Pelo menos 60% dos recursos devem ser usados na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício, como professores, diretores e orientadores educacionais. O restante serve para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendendo, entre outras ações, o pagamento de outros profissionais ligados à educação, bem como para aquisição de equipamentos e construção de escolas.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do FNDE

DECRETO

DECRETO Nº 15.303 DE 28 DE JULHO DE 2014

Endereço eletrônico: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/>

Aprova o Plano Estadual do Livro e Leitura - PELL-BA e altera o Decreto nº 13.394, de 31 de outubro de 2011, que institui o Plano Estadual do Livro e Leitura da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Estadual do Livro e Leitura da Bahia - PELL -BA, anexo a este Decreto.

Art. 2º - Os arts. 5º, 6º e 8º do Decreto nº 13.394, de 31 de outubro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 5º - O Conselho Deliberativo, composto por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, tem por finalidade contribuir com o processo de elaboração e implementação do PELL - BA, competindo-lhe:

I - estabelecer as estratégias para elaboração e implementação do PELL-BA;

II - estabelecer metas para a execução do PELL - BA;

III - promover meios para favorecer a articulação entre as instituições públicas e privadas de que trata o parágrafo único do art. 3º deste Decreto, para formulação e implementação do PELL - BA;

IV - acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Coordenação Executiva;

V - elaborar, conjuntamente com a Coordenação Executiva, o Calendário Anual de Ações, a ser aprovado pelos Secretários da Educação e de Cultura;

VI - promover estudos e atividades que visem desenvolver e consolidar o PELL - BA;

VII - aprovar o seu regimento interno;

VIII - exercer outras atribuições correlatas visando ao pleno cumprimento de sua finalidade.

" Art. 6º - O Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e Leitura será composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes:

I - 02 (dois) representantes da Secretaria de Cultura;

II - 02 (dois) representantes da Secretaria da Educação;

III - 01 (um) representante dos Órgãos Municipais de Educação;

IV - 01 (um) representante dos Órgãos Municipais de Cultura;

V - 01 (um) representante dos autores de livros;

VI - 01 (um) representante dos editores de livros;

VII - 01 (um) representante das bibliotecas;

VIII - 01 (um) representante das instituições voltadas para a acessibilidade;

IX - 01 (um) representante das universidades estaduais;

X - 01 (um) representante das universidades federais sediadas na Bahia.

§ 1º - Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão designados por Portaria Conjunta dos Secretários de Cultura e da Educação, para mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 2º - Os membros indicados nos incisos I, II, III, IV, IX e X do caput deste artigo serão indicados pelos órgãos e entidades a que estejam vinculados.

§ 3º - Os membros da sociedade civil indicados nos incisos V a VIII do caput deste artigo serão escolhidos através de eleição organizada pelas respectivas entidades representativas do segmento.

§ 4º - As decisões do conselho serão aprovadas por maioria simples, com exceção da deliberação sobre seu regimento."

" Art. 8º - A Coordenação Executiva do PELL-BA tem como finalidade coordenar a elaboração do Plano, bem como a sua execução e divulgação.

Parágrafo único - Portaria Conjunta dos Secretários de Cultura e da Educação designará os membros da Coordenação Executiva, bem como as suas normas de funcionamento." (NR)

Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de vigência de 10 (dez) anos para o PELL-BA.

Parágrafo único - Sem prejuízo no disposto no caput deste artigo, a cada 3 (três) anos o PELL - BA deverá ser avaliado e, se for o caso, revisado.

Art. 4º - Ficam mantidos e, se for o caso, prorrogados os mandatos dos representantes da sociedade civil com atuação na cadeia produtiva do livro, da Câmara Bahiana do Livro e da Academia de Letras da Bahia até a posse dos membros do Conselho Deliberativo do PELL - BA, indicados nos incisos V, VI e VII do Art. 6º do Decreto nº 13.394, de 31 de outubro de 2011, com a redação dada por este Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 28 de julho de 2014.

JAQUES WAGNER

Governador

Antônio Albino Canelas Rubim

Secretário da Cultura

Oswaldo Barreto Filho

Secretário da Educação

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.006, DE 26 JUNHO DE 2014.

Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“Art. 26.

.....

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA
José
Marta Suplicy

Henrique

Paim

ROUSSEFF
Fernandes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.6.2014

LEI Nº 13.188 DE 01 DE JULHO DE 2014

Altera a Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº [8.261](#), de 29 de maio de 2002, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 65-A - Para efeito do disposto no art. 65 desta Lei, também é considerada a participação de Professor em Programa ou Projeto pedagógico aprovado pela Secretaria da Educação.

Parágrafo único - Serão estabelecidas, em ato do Chefe do Poder Executivo, as diretrizes para instituição dos novos Programas ou Projetos pedagógicos referidos "no caput deste artigo".

"Art. 73-A - Investido em cargo de Diretor ou Vice-Diretor de unidade escolar, o Professor poderá optar pela continuidade da percepção da Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe, caso em que a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET corresponderá à diferença entre o valor atribuído ao cargo em comissão e o da primeira vantagem."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de julho de 2014.

JAQUES WAGNER